

Novo tempo, tempo de negociar

Da sucursal de
BRASÍLIA

"Negociar" tem sido o verbo mais conjugado pelos dirigentes partidários às vésperas do reinício das atividades do Congresso para a sessão legislativa de 1983. Esta, aliás, vem sendo uma prática corriqueira entre os políticos, tanto do governo quanto da oposição, desde que os resultados das eleições de 15 de novembro revelaram o equilíbrio de forças entre as duas partes e, principalmente, em face à crise econômica sem precedentes que o País atravessa.

O que se busca por meio das negociações? À primeira vista, nas atividades do dia-a-dia, a maioria de votos necessária à aprovação de projetos. E não é por outra razão que o PTB, com sua pequena bancada de 13 deputados, vem-se constituindo em fiel de balança do equilíbrio de forças entre o PDS e os partidos oposicionistas, pois, para onde ele se inclinar, arrastará consigo a maioria, esteja ou não integrando blocos parlamentares. Aquilo que Golbery e Petrônio Portella temiam — o terceiro partido, ou partido de cima do muro — acabou acontecendo pela presença indefinida do PTB no processo político.

As relações do governo com seu partido, com os partidos oposicionistas, e destes entre si, no entanto, assumem neste momento uma importância bastante maior do que as vitórias ou derrotas, êxitos ou insucessos da rotina parlamentar. E a razão é simples: como pano de fundo de todo cenário em que a atividade legislativa se desenrola, para a sucessão presidencial — esta sim, que vai definir, e ao que tudo indica a curto prazo, a maneira como se processarão as alianças e os rompimentos entre as forças políticas, neste momento sob a perplexidade que resulta da indefinição do rumo a seguir, até mesmo em questões de sua economia interna, como é o caso do PMDB e do PDT de Leonel Brizola, com relação à CPI sobre o SNI.

Importa menos saber se a miragem do bloco trabalhista unindo para fins operacionais, na Câmara, PDT, PTB e PT vai-se consolidar. Nem mesmo vantagem numérica das oposições na Câmara chega a ter importância, se considerado que o governo dispõe de confortável maioria no Senado, que o decurso de prazo continua a existir, e que nas questões fundamentais para o governo a intervenção do Congresso, não raro, mostra que este ainda está muito longe de ter influência efetiva. Exemplo: o decreto alterando a política salarial (para pior, do ponto de vista do assalariado), somente será votado em setembro; se rejeitado, o governo pode enviar um novo projeto; não igual, mas semelhante, que continuará a produzir os mesmos efeitos por meses a fio.

Então, o Congresso vai tocando como pode, com a reconquista de

suas principais prerrogativas e o anseio de uma Constituinte a curto prazo naufragando diante dos grandes temas que avultam: a crise econômica e a sucessão presidencial, pois até mesmo episódios como o da CPI, da morte do jornalista Alexandre von Baumgarten passam a ser absorvidos por um destes dois grandes temas.

Quando figuras importantes da oposição, como o governador eleito Tancredo Neves, consideram aquela CPI inconveniente, fazem-no pela convicção de que apesar de todos os avanços ocorridos nos últimos anos a democracia entre nós ainda é relativa mas, ao fazê-lo, procuram dar o tom para o relacionamento entre o PMDB, com sua formidável bancada de 200 deputados, e o PDS, ainda hoje o partido majoritário com seus 235 deputados. Mais do que os números, importa criar uma base comum para preservar o que existe e não prejudicar um projeto que constitui uma das linhas alternativas da sucessão presidencial — o chamado candidato de consenso, que se não une todo mundo, pois unanimidade em política é praticamente impossível, tem condições de aglutinar, seguramente, a maioria da área política.

Neste cenário em que se verificam os entendimentos e mal-entendidos entre os partidos, tudo pode acontecer, pois alguns fatos parecem claros: 1- O governo continua a se ressentir de um coordenador político que centralize suas ações no setor. Os destaques para o presidente do PDS, senador José Sarney e alguns líderes e dirigentes partidários não configuram um conjunto harmonioso, dando a impressão de uma equipe sem liderança, sem um plano tático preestabelecido; 2- O PMDB continua dividido em função do episódio Baumgarten, o PDT hesitante e o PTB reticente. O PT unido, assumindo, como partido, apesar de sua diminuta bancada, a vanguarda das articulações em favor da CPI; 3- O presidente da República não perde oportunidade para manifestar seu ressentimento com relação à oposição. Não obstante, a vida continua e

os presidentes Ulysses Guimarães, do PMDB, e José Sarney, do PDS, têm encontro marcado para a próxima terça-feira, em Brasília, tendo como tema a prorrogação dos mandatos dos diretórios partidários; 4- De uma forma ou de outra, o diálogo está vivo. O presidente queixa-se da oposição, mas personalidades do primeiro escalão governista convivem satisfatoriamente com seus equivalentes oposicionistas (por certo o PT é um caso à parte); 5- A existência de uma convenção nacional do partido a se realizar dentro de ano e meio, em setembro de 1984, para escolher por voto secreto o candidato à Presidência da República, evidencia que os partidos estão em alta, pois aquele acontecimento deverá ser o coroamento de longos entendimentos ou talvez o desfecho de um confronto, sem as características de homologação de um fato consumado, como vem ocorrendo desde que Costa e Silva sucedeu a Castello Branco; 6- O fato de não haver mais dois blocos em posições radicalmente opostas, no espectro partidário, torna as negociações generalizadas uma rotina de procedimento e diminui as possibilidades de confronto. Hoje, colocado o fechamento num extremo e as eleições diretas em outro, a última hipótese, segundo avaliação dos políticos de todas as tendências, ganha fácil. Assim, diminuem os riscos dos chamados acidentes de percurso. Difícilmente se repetiria o que, segundo versão relatada por Gilberto Freyre em sua obra "Ordem e Progresso", ocorreu na proclamação da República: Deodoro tinha divergências irreconciliáveis com Silveira Martins e os rumores de que este seria o titular de um novo gabinete em substituição ao de Ouro Preto precipitaram os acontecimentos. Era o dia 15 de novembro de 1889. Um outro 15 de novembro, o do ano passado, mudou a face do País com eleições gerais, seus efeitos continuam a se fazer sentir e um deles é a consagração do diálogo e das negociações como matéria-prima da atividade partidária, a exemplo do que acontece nas nações democráticas.